

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "APOIO AO PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS COM FOCO EM CUMARU (*DIPTERYX ODORATA*), ANDIROBA (*CARAPA GUIANENSIS*) E INAJÁ (*ATTALEA MARIPA*)"

O Governo da República Federativa da República do Brasil,

e

O Governo da República do Suriname
(doravante denominados Partes Contratantes),

CONSIDERANDO:

As relações de cooperação técnica fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Suriname, assinado em 22 de junho de 1976;

A mútua vontade de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento; e

O fato de que os produtos florestais não madeireiros são de especial interesse para as Partes Contratantes;

Acordam o seguinte:

Artigo I

O presente Ajuste Complementar tem por objetivo implementar o Projeto "Apoio ao Processamento e Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros com Foco em Cumaru (*Dipteryx odorata*), Andiroba (*Carapa guianensis*) e Inajá (*Attalea maripa*)" (doravante referido como o Projeto), com o objetivo de transferir a experiência brasileira em produtos florestais não madeireiros de modo a adaptar ao contexto e necessidades surinamesas, e também desenvolver capacidade técnica em produtos florestais não madeireiros para o corpo técnico do MAAHF envolvido.

O Projeto abrangerá os objetivos, as atividades previstas, os resultados a serem alcançados e o orçamento.

O projeto será aprovado e assinado pelas instituições coordenadoras e as instituições executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
- b) a Universidade Federal de Viçosa (UFV) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Suriname designa:

- a) o Ministério das Relações Exteriores (BUZA) como instituição responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e
- b) o Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MAAHF) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo III

1. O Governo da República Federativa do Brasil deverá:

- a) designar e enviar técnicos brasileiros ao Suriname para realizar as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
- b) tomar providências relativas à viagem de especialistas surinameses em missões técnicas ao Brasil;
- c) fornecer apoio, equipamentos e materiais de treinamento para atividades de capacitação; e
- d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. O Governo da República do Suriname deverá:

- a) designar técnicos surinameses para participar de cursos de capacitação;
- b) disponibilizar instalações e infraestruturas adequadas para a execução das atividades do Projeto;
- c) apoiar técnicos enviados pelo Governo brasileiro, fornecendo particularmente todas as informações disponíveis para a execução do Projeto;
- d) garantir o pagamento dos salários e outras vantagens relacionadas ao cargo ou à função dos técnicos surinameses envolvidos no Projeto;

- e) garantir que as iniciativas realizadas por técnicos do governo brasileiro sejam continuadas por técnicos da instituição executora do Suriname; e
- f) monitorar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

Artigo IV

As Partes Contratantes compartilharão os custos decorrentes da implementação do presente Ajuste Complementar, com base nos detalhes do Projeto.

Artigo V

Para a execução das atividades previstas no Projeto, em conformidade com o presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão buscar recursos de instituições públicas e privadas, organizações internacionais e agências de cooperação técnica, bem como de fundos de programas regionais e internacionais.

Artigo VI

O presente Ajuste Complementar entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor por 3 (três) anos, sendo renovado automaticamente por igual período até o cumprimento de seu objetivo, salvo disposição em contrário por qualquer uma das Partes Contratantes.

Artigo VII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito do presente Ajuste Complementar, que serão encaminhados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no âmbito do presente Ajuste Complementar serão de propriedade de ambas as Partes Contratantes. O idioma inglês será usado em documentos de trabalho e em versões oficiais. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes Contratantes serão consultadas diretamente, notificadas e citadas no documento a ser publicado.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação do presente Ajuste Complementar que possa surgir a partir da execução será resolvida por negociações diretas entre as Partes Contratantes por via diplomática.

Artigo IX

Quaisquer emendas ao presente Ajuste Complementar serão realizadas em consenso mútuo entre as Partes Contratantes, por via diplomática, e entrarão em vigor na data que as Partes Contratantes acordarem mutuamente.

Artigo X

Qualquer uma das Partes Contratantes poderá manifestar sua intenção de denunciar o presente Ajuste Complementar, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 3 (três) meses após o recebimento da notificação, caso em que as Partes Contratantes decidirão sobre a continuidade das atividades em execução.

Artigo XI

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, serão aplicadas as disposições contidas no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, assinado em 22 de junho de 1976.

Feito em Paramaribo, em 14 de dezembro de 2018, em dois originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO
SURINAME

Aloysio Nunes Ferreira
Ministro das Relações Exteriores

Yldiz Pollack-Beighle
Ministra das Relações Exteriores